UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

FABRÍCIO SILVA MORAIS

BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA: origem, parâmetros e realidade diante da lei 12.244/10 de universalização das bibliotecas escolares.

BELÉM

2017

FABRÍCIO SILVA MORAIS

BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA: origem, parâmetros e realidade diante da lei 12.244/10 de universalização das bibliotecas escolares.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a conclusão da graduação, sob orientação do Prof.º Hamilton Oliveira.

BELÉM

2017

Morais, Fabrício

Biblioteca escolar brasileira: origem, parâmetros e realidade diante da lei (12.244/10) de universalização / Fabrício Morais; Orientador Hamilton Oliveira.__ 2017.

Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

1. Biblioteca escolar – Brasil - História. 2. Lei 12.244/10 – Brasil I. Oliveira, Hamilton. II. Título

CDD 026 21. ed.

Autor: Fabrício Silva Morais

Título: biblioteca escolar brasileira: origem, parâmetros e realidade diante da lei (12.244/10) de universalização.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a conclusão da graduação, sob orientação do Prof.º Hamilton Oliveira.

Aprovado pela Banca Examinadora em 04 /04 /2017

Hamilton Oliveira
Prof.(a) Dr.(a)
Orientador

Francielle Redigolo
Prof.(a) Dr.(a)

Lucivaldo Barros
Prof.(a) Dr.(a)

Dedico este trabalho à Biblioteconomia

Agradeço à minha família e ao meu orientador

Conhecimento é poder.

(Thomas Hobbes)

RESUMO

Trata sobre a realidade da biblioteca escolar, diante da Lei 12.244/10 de Universalização das Bibliotecas Escolares, em contexto histórico educacional, iniciado no período colonial, mostrando suas transformações ao longo do tempo. O objetivo geral é de buscar compreender o contexto no qual está inserida a biblioteca escolar brasileira, através de sua origem, parâmetros que a normatizam, sua função na escola; e como objetivo específico demonstrar a realidade da biblioteca escolar diante da referida Lei. A metodologia adotada deu-se através de pesquisa bibliográfica e documental utilizando-se de fatos históricos, legislação, dados estatísticos e outras bibliografias referentes ao tema. Direcionou-se a seleção documental através de assuntos que tratam da presença ou ausência da biblioteca na escola, o papel do profissional bibliotecário ao longo do tempo, legislações anteriores ou vigentes, profissionalização e iniciativas políticas relacionadas com o tema da biblioteca escolar. Diante de todos esses aspectos contatou-se que a biblioteca escolar está presente em vários discursos, mas em poucas escolas.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Lei 12.244/10. Universalização das bibliotecas.

ABSTRACT

This paper discusses the reality of school libraries, regarding the School Libraries Universalization Law (in Portuguese: Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares – Lei Nº 12.244/10), in an educational historical context, which begun in the colonial period, showing its transformations overtime. The general objective is to understand the context in which the Brazilian school library is inserted, through its origin, the parameters that regulate it, its function in the school; and as a specific objective to demonstrate the reality of the school library before referred Law. The used methodology was based on bibliographic and documentary research using historical facts, legislation, statistical data and other bibliographies referring to the theme. The document selection was directed through subjects that deal with the presence or absence of the library in the school, the role of the professional librarian overtime, previous or current legislation, professionalization and political initiatives related to the theme. In the face of all these aspects it has been found that the school library is present in several speeches, but in a few schools.

Key words: School library. Law 12.244 / 10. Universalization of libraries.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 - História dos Movimentos Associativos..... 25

Esquema 2 - Definições para o profissional liberal bibliotecário..... 26

Esquema 3 - Equivalências e diferenças entre os Currículos de 1962 e 1982 27

Esquema 4 - Funcionamento coordenado entre as entidades de classe..... 28

Esquema 5 - Censo Escolar 1997-2005..... 40

Esquema 6 - Déficit de bibliotecas em escolas no Brasil (Todas as escolas).. 41

Esquema 7 - Déficit de bibliotecas escolares de todas as escolas (capitais).. 43

Esquema 8 - Trabalhos publicados..... 44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ORIGEM DA BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA.....	12
3	PARÂMETROS QUE NORMATIZAM A BIBLIOTECA ESCOLAR.....	16
3.1	Normas legais que certificam a biblioteca escolar.....	19
3.2	Breve abordagem sobre formação e atuação profissional.....	23
4	A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	31
4.1	Letramento e a formação de leitores.....	34
4.2	Como deveria funcionar a biblioteca na escola.....	37
4.3	O perfil predominante da biblioteca na escola.....	39
5	A REALIDADE DA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	40
5.1	A biblioteca escolar e a qualidade da educação.....	47
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A pouco mais de dois anos para o fim do prazo de sua implantação, a Lei nº 12.244, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino básico do País, como tantas outras, também não está sendo cumprida.

Esta foi resultado de esforços da classe bibliotecária que ao longo do tempo denuncia a falta de biblioteca nas escolas e a precariedade das poucas existentes (CAMPELLO et al., 2016).

Ela determina que as escolas contenham em seu acervo no mínimo um título de livro para cada aluno matriculado. E que os sistemas de ensino são responsáveis pela aplicação desse acervo conforme sua realidade, bem como pelas diretrizes de manutenção, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas. Estabelece ainda um prazo máximo de dez anos para sua efetivação, e recomenda que seja respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998, que dispõem sobre a referida profissão.

Tem como objetivo geral buscar compreender o contexto no qual está inserida a biblioteca escolar brasileira, através de suas origens, parâmetros que a normatizam, sua função na escola e por último, e em seu objetivo específico demostra a realidade quantitativa da biblioteca escolar diante da Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares. Assim, foram feitas pesquisas em documentos bibliográficos sobre aspectos quantitativos e qualitativos, projetos de leis, leis, decretos, inquéritos, e outras exposições de motivos que se relacionam com o tema da biblioteca escolar. Pois, entende-se que a existência de bibliotecas em todas as escolas do país seja um fator que influenciará positivamente a qualidade da educação, pois, vista como um recurso pedagógico, constata-se que a biblioteca tem impacto positivo na aprendizagem.

Aborda a origem da biblioteca escolar brasileira; faz um parâmetro, diante de documentos que resguardam a biblioteca escolar no contexto atual na qual ela está inserida; é feita uma breve abordagem sobre a função da biblioteca na escolar, e finaliza com a realidade da biblioteca escolar diante da referida Lei.

2 ORIGEM DA BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA

Acompanhando o primeiro governador-geral Tomé de Souza, com a missão de catequizar índios, negros e instruir colonos, desembarcou na Bahia, no ano de 1549, o padre Manoel da Nobrega comandando a expedição da ordem dos jesuítas; a partir deste período outras ordens religiosas do clero chegariam e a Igreja seria a única educadora até o fim do século XVIII:

> Deste modo, as bibliotecas escolares foram construídas a partir dos colégios jesuítas que foram se instalando inicialmente na Bahia e logo depois em outras capitanias. Porém, os colégios jesuítas não foram os únicos a desenvolver atividades com a biblioteca escolar no Brasil. No século XVII, outras ordens religiosas começam a chegar por aqui e introduzir seus colégios, assim como estruturar suas bibliotecas escolares com vistas a promover acervo adequado para seus usuários (SILVA, 2011, p. 491).

Relata Serafim Leite (1938, p. 543 apud ASSIS, 2010, p. 33): “Desta forma, os livros foram chegando de Portugal com os jesuítas e, em 1549, com os livros trazidos pelo Padre Manoel da Nobrega, organizou-se a Livraria do Colégio da Bahia. Essa livraria foi considerada, na época, a mais importante do Brasil”.

Com a criação da primeira biblioteca monástica do Brasil localizada no Colégio dos Jesuítas na Bahia, em 1582, iniciam-se as primeiras praticas biblioteconômicas de modo não acadêmico. Esta era a maior biblioteca escolar brasileira da época.

No período colonial, a igreja tinha em suas mãos a educação das pessoas, sendo um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e mais restritamente de obediência ao poder do Estado (FAUSTO, 2014).

Portanto, haviam muitas restrições, inclusive quanto ao acervo das bibliotecas, que apesar de conterem livros de outras áreas do conhecimento – o que representava uma ameaça à soberania do Estado que mantinha o controle do conhecimento em conjunto com Igreja – eram compostos predominantemente por obras religiosas e devocionais.

Com a expulsão dos Jesuítas, em 1579, pelo Marquês de Pombal, foi deixado um certo vazio no já pobre ensino brasileiro, que apesar das reformas ideais iluministas de Pombal, buscou manter apenas o interesse exploratório na colônia.

A partir do século XVIII, com os setores de serviços e a educação agora nas mãos do Estado as bibliotecas escolares foram gradualmente passando por

mudanças. Ainda haviam bibliotecas remanescentes do clero, e apesar da presença de livros predominantemente religiosos, tanto a literatura de concepção arcaica quanto aquelas cujas ideias apontavam para discussões renovadoras sobre as questões políticas, filosóficas e científicas, passaram a fazer parte das coleções, pois também havia clérigos entre os movimentos sociais. Cada vez mais presente na vida da colônia, o livro foi um dos principais elementos na distinção de classes. Entre o público de massa, diante do analfabetismo e aos que compreendiam somente a língua portuguesa, foi utilizado na modalidade de leitura oral. Entre os intelectuais, a leitura possuía um caráter privado e mais isolado, e dentre as elites, valorizava-se certa privacidade, para poder pôr em prática suas finalidades políticas (MORAES, 2006).

Deste modo, pode-se considerar que em sua origem, havia situações peculiares que perduram até hoje sobre as bibliotecas brasileiras, acessibilidade restrita a um público de status social e intelectual mais elevado que adquire o habito da leitura dentro da própria família. E ainda que a maioria das escolas não possuam bibliotecas, mesmo as que possuem, para muitos, são consideradas apenas como um espaço de armazenamento ou deposito de livros:

> No Brasil oitocentista a presença do livro era o retrato do contexto social da época, onde as restrições, as desigualdades e os privilégios ditavam as regras do acesso e da posse de obras literárias. No caso dos mais humildes, a inacessibilidade era elemento estratégico de controle e exclusão. Esse mecanismo de controle e exclusão fazia-se sentir em torno dos livros proibidos, para os quais a concessão régia era a via legal de obtenção. A concessão de tais licenças orientava-se de acordo com o status e a profissão, colocando-se esta última como principal argumento para a liberação. Sob essa perspectiva alguns profissionais podiam obter livros proibidos sob o argumento de instrumentalizar-se teoricamente para combater aquilo que consideravam como ideias espúrias e nocivas ao sistema vigente. Caracterizados como escritos “libertinos”, esses livros eram alvos das mais restritas recomendações não podendo ser expostos publicamente (SANTOS, 2010, não paginado).

Paralelo a este período é importante frisar que várias bibliotecas já haviam alcançado seu apogeu em outras partes do mundo, como a de Alexandria no Egito, Pérgamo na Ásia Menor, Biblioteca Nacional de Paris, as bibliotecas da Grécia e Roma, da Idade Média, Bibliotecas do Renascimento, etc. E neste contexto mundial, o Brasil tem como marco mais importante da biblioteconomia a fundação da Biblioteca Nacional (FAUSTO, 2014)

Vale ressaltar que, a Biblioteca Real não foi transladada junto com a comitiva real, em novembro de 1807. Somente em março de 1811, o acervo da

biblioteca d'Ajuda composta pela Livraria Real e do Infantado, partiu em 230 caixotes acompanhados pelo auxiliar bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Para trás ficaram quatorze caixotes de manuscritos e livros raros da Biblioteca Pública da Lisboa, dentre outros objetos da Coroa. Em setembro do mesmo ano, foram embarcados mais 87 caixotes de livros acompanhados pelo servente José Lopes Saraiva (SANTOS, 2010).

Em suas primeiras décadas de funcionamento é inegável que a BN deu um salto, mas o máximo que conseguiu delinear foram novas formas de organização, especialmente através de Ramiz Galvão e Peregrino da Silva. Castro (2000, não paginado apud Assis 2010, p. 42) afirma que:

> Como as demais bibliotecas no Brasil, a biblioteca Real, nas suas primeiras décadas, foi gerenciada por religiosos, alguns vindos com a família real, dentre eles: Frei Gregório José Viegas, da Ordem terceira de São Francisco, Padre Joaquim Damaso, da congregação do Oratório de Lisboa, Frei Antônio de Arróbia, também franciscano, Padre Felisberto Ferreira Delgado, Cônego Francisco Vieira Goulart, Cônego Antônio Fernandes da Silveira, Cônego Januário da Cunha Barbosa, José de Assis Branco Muniz Barreto, o primeiro não religioso, Jorge Estanislau Xavier Luis Camillo, Frei Camillo de Monserate.

O momento fundador da biblioteconomia brasileira, como curso de nível superior, deu-se no período do Império a partir da influência humanística francesa sob a liderança da Biblioteca Nacional que no ano de 1911, que criou o primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, antecedido no mundo apenas pelos cursos da França (École de Chartes) e dos Estados Unidos (Columbia College). Em 1879, foi realizado o primeiro concurso para preenchimento de cargos, em especial para bibliotecários. Esse concurso é o marco inicial da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil (CARVALHO, 2014).

Cabe ressaltar que o termo bibliotecário passou a ser utilizado na Biblioteca Nacional, através da Decisão Imperial nº 191, em 13 de setembro, através do Regimento da Biblioteca Imperial e Pública. Com a Proclamação da República, ocorre a mudança do nome de bibliotecário para Diretor e a Biblioteca Imperial passou a ser chamada de Biblioteca Nacional. Além de Ramiz Galvão outro nome importante para a Biblioteconomia foi Manoel Cicero Peregrino da Silva[1] que assume a direção da Biblioteca Nacional em 1897. Em sua administração é estabelecido um novo regulamento, aprovado pelo Decreto nº

[1] Natural de Recife-PE (1866 – 1956), foi bibliotecário, professor e político. É o fundador do Curso de Biblioteconomia no Brasil na BN que deu origem a faculdade de Biblioteconomia da UFRJ.

8.835, de 11 de junho de 1911, que além de trazer uma nova estrutura, em seu art. 34 cria o curso de Biblioteconomia (ASSIS, 2010).

Neste curso a formação do bibliotecário era de um erudito-guardião de livros, haja vista que nenhum planejamento curricular foi elaborado, mantendo-se a forte influência humanística francesa, pois havia apenas o objetivo de atender as necessidades da própria instituição. A partir daí a biblioteca escolar começou a ganhar uma nova concepção, dando início às primeiras discussões sobre a sua importância. Surgem em São Paulo outras bibliotecas com propostas e ideias diferentes dos colégios tradicionais, tais como: Dom Bosco, São José e São Luís. As propostas incluíam conter todo e qualquer tipo de exclusão e discriminação racial e política (SILVA; SILVA, 2010).

As bibliotecas sofreram muitas mudanças o longo dos primeiros sistemas políticos brasileiros, e podemos observar que através destas mudanças mantinha-se sempre a distinção entre as classes mais e menos favorecidas, principalmente no que diz respeito ao sistema educacional, em que procurava-se manter o acesso à leitura e informação restrito às classes dominantes:

> A situação do ensino elementar praticamente não se alterou nas três primeiras décadas da República, sendo mesmo insignificante o seu progresso. Segundo dados estatísticos [...], em 1889, para uma população de cerca de 14 milhões de habitantes, contava-se com uma frequência de apenas 250.000 alunos nas escolas primárias e o crescimento das escolas e matriculas se fazia muito lentamente. Em 1909 as escolas elementares atendiam a 2,96% da população total do país e a menos de 15% de sua população escolar. Em 1920 o nível de atendimento escolar era quase o mesmo de 1909, considerando-se a população total do país. Quanto ao índice de alfabetização, em 1890 era de 14,8%, passando em 1900 para 25,5%, indicando que as medidas tomadas na 1º década da república surtiram algum efeito. Não obstante, nos vinte anos seguintes praticamente não cresceu, sendo de 25,5% em 1920. Este baixo índice era motivo de vergonha por parte de inteligência brasileira, que o responsabilizava por todos os problemas nacionais, mas somente depois de 1920 iniciou-se o movimento contra o analfabetismo (GOMES, 1981, p. 38).

Desta forma, pode-se afirmar que a história da biblioteca escolar está diretamente ligada aos aspectos sociais que até hoje implicam no desenvolvimento da educação brasileira; portanto o profissional bibliotecário deve se enxergar como agente principal desta que pode ser a chave para mudar este quadro.

3 PARÂMETROS QUE NORMATIZAM A BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar propicia informação e diversificação de ideias, fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na atual sociedade. Baseada na informação e no conhecimento, ela habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (MANIFESTO UNESCO/IFLA PARA BIBLIOTECA ESCOLAR, 2000)

Emitido por duas entidades de expressão mundial, o *Manifesto Unesco/Ifla para biblioteca escolar*[2] é um dos mais importantes e fidedignos textos de referência a ser utilizado para certificar a procedência e o credenciamento de escritos profissionais e certas reivindicações da classe [...]. Ao examinar o *Manifesto,* toma-se conhecimento do patamar de parâmetros biblioteconômicos de ordem internacional bem avançados sobre a biblioteca escolar (MACEDO, 2005, p. 31).

Baseado nas missões deste Manifesto, ou seja, de representar a biblioteconomia em assuntos de interesse internacional, promover a formação contínua dos funcionários, desenvolver e manter o profissional atuante, no ano de 2002 é publicado um documento subsidiário a este onde apresentam-se *Diretrizes Para Bibliotecas Escolares*[3]*,* com alguns padrões norteadores a serem seguidos, tais como:

- Missão e Política
    - ✓ Proporcionar acesso a informação e ao conhecimento, promover o debate de ideias para uma formação cidadã responsável do indivíduo, sempre despertando sua imaginação;
    - ✓ Traçar sua finalidade de acordo com seus objetivos, para quem e por quem estes devem ser concretizados.

[2] Esse documento, foi aprovado em reunião da Ifla em 1999, escrito originalmente em inglês e francês, foi traduzido para o português em 2002 pela bibliotecária Neuza Dias de Macedo.
[3] Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm> Acesso em: 16 de nov. 2016.

- Recursos
  - ✓ As bibliotecas escolares devem possuir meios adequados para assegurar a existência de pessoal com formação, materiais, tecnologias e equipamentos, e ser de utilização gratuita.
- Pessoal
  - ✓ O bibliotecário escolar é o elemento do corpo docente, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar, trabalhando em conjunto com todos os membros do ambiente escolar.
- Programas e atividades
  - ✓ A biblioteca escolar é parte integrante do processo educativo e pedagógico.
- Promoção
  - ✓ A biblioteca deve sempre se preocupar em proporcionar de modo ativo seus recursos e serviços (IFLA/UNESCO, 2005).

Numa estratégia a longo prazo, o Manifesto afirma que a biblioteca escolar deve estar apoiada por políticas, legislação específica e amparada em seu financiamento pelas esferas públicas.

Atualmente a elaboração desses padrões é um tema oportuno diante da Lei de universalização, pois, se aplicada faz-se necessário que cada comunidade escolar compreenda sua realidade e necessidades. Nesse sentido, os padrões sugeridos para bibliotecas brasileiras pressupõem que estas sejam entendidas como recurso de aprendizagem e, como tal, inseridas como um dos principais elementos de mudança educacional.

Considerando as diretrizes do IFLA/UNESCO e a lei Lei 12.244/10, os trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG)[4] e o Ministério da Educação; o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) através de projetos e programa, criou a Resolução nº 119 de 2011[5], que vem dispor sobre parâmetros para bibliotecas escolares.

---

[4] Acesso em: http://gebe.eci.ufmg.br/
[5] Acesso em: http://www.cfb.org.br/projetos.php?codigo=22

Segundo Campelo (2011, p. 109) seria considerada biblioteca escolar aquela que atendesse condições mínimas, tais como:

- Funcionar em sala de uso exclusivo;
- Possuir coleção classificada;
- Possuir coleção catalogada;
- Fornecer serviços de consulta no local;
- Ter serviço de empréstimo domiciliar;
- Oferecer atividade de incentivo à leitura;
- Ter serviço de orientação à pesquisa;
- Contar com um funcionário responsável.

Levando-se em conta que a lei de universalização aborda genericamente o conceito de biblioteca escolar, o objetivo principal da elaboração desses padrões é de servir como suporte, pois o único indicador que a lei apresenta é sobre a quantidade de títulos que deve compor o acervo: um para cada aluno matriculado. Logo, os padrões visam contribuir para que as escolas possam ter bibliotecas de verdade e de acordo com os perfis e anseios de cada comunidade.

Os órgãos públicos responsáveis pela educação básica reconhecem a importância da biblioteca escolar e os próprios documentos de políticas públicas do setor educacional costumam enfatizar sua necessidade, especialmente para a aprendizagem da leitura. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)[6], por exemplo, veem a biblioteca escolar como a primeira das condições favoráveis para a formação de bons leitores [...], considerando-a “fundamental” para o trabalho com a leitura [...] (CAMPELO; ABREU; CALDEIRA et al, 2011, p.106).

Existem dois importantes programas do governo federal de incentivo à leitura e promoção da biblioteca escolar. O primeiro – Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL[7] – é direcionado para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de seus mediadores), pois leva em conta a importância que a biblioteca possui no desenvolvimento social e da cidadania, nas transformações da sociedade de maneira mais justa

[6] Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – são referências de qualidade para o ensino básico do país, elaboradas pelo governo federal, com a finalidade de propiciar subsídios à elaboração e reelaboração dos currículos. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/saeb/parametros-curriculares-nacionais

[7] Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pnll> Acesso em: 22 de jun. 2016

e igualitária, reiterando que somente através da leitura e educação é possível estruturar um país, cultural e economicamente. O segundo – Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE[8] – é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, e tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras de vários gêneros literários e outros materiais de apoio à prática da educação básica, tanto para alunos quanto para os professores.

Diante do histórico hábito de descontinuidade e descumprimento de normas, todos esses projetos tornam-se somente políticas compensatórias que vigoram há anos, mas que servem apenas para maquiar e tentar suprir persistentes carências educacionais. Essa cultura de descompromisso deve ser substituída por políticas concretas e afirmativas, que de fato estabeleçam metas a serem alcançadas.

Para começar a mudar este quadro a biblioteca escolar poderia contar com fundo próprio de verbas públicas, através de financiamento, previsão orçamentária, investimento de empresas em troca de incentivos fiscais, etc., enfim, qualquer apoio legal concreto para começar a sair do papel.

3.1 Normas legais que certificam a biblioteca escolar

Embora a Lei nº 12.244[9], que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares no país, de autoria do Senador Cristovam Buarque tenha repercutido, já houve um Projeto de Lei semelhante, mas que não foi aprovado.

Foi o Projeto de Lei nº 3.549 de 2000 que previa a universalização e determinava responsabilidade às entidades educacionais sob a criação e manutenção de bibliotecas nas escolas, que deveriam possuir um acervo mínimo

---

[8] Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao> Acesso em 15 de ago. 2016

[9] Determina que toda escola de ensino básico possua biblioteca e acervo com no mínimo um título para cada aluno, cabendo aos sistemas de ensino elaborar cada conteúdo, bem como, divulgar, orientar, guardar, preservar, organizar e manter seu funcionamento; tudo num prazo de dez anos, designando a profissão de bibliotecário para sua efetivação.

de quatro livros por aluno matriculado, cabendo aos sistemas de ensino prever a ampliação deste conforme sua realidade. Responsabilizando-se pela guarda, preservação, organização e funcionamento, também determinava que as bibliotecas ficariam sob a responsabilidade de bacharéis em biblioteconomia, num prazo de dez anos, podendo ser auxiliados por técnicos da área.

Ao Ministério da Educação caberia a responsabilidade pela orientação relativa a acervos básicos e distribuição de obras que atendessem a todas as áreas de interesse do estudo, da cultura e dos usuários nos diversos níveis de ensino. Estipulava o prazo de cinco anos para que os sistemas de ensino e a União promovessem a universalização das bibliotecas. Mas a iniciativa legislativa não obteve aprovação na legislatura, assim o site da Câmara dos Deputados[10] informa que a mesa diretora arquivou a proposição em 31 de janeiro de 2003, nos termos do artigo 105 do Regimento Interno.

Outras iniciativas legislativas já tentaram atender os anseios a respeito da biblioteca escolar, mas também não surtiram efeitos:

> A primeira legislação a regulamentar essa área no País foi o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, ainda no período imperial, que, em seu art. 7º, determinou que seriam “creadas nos differentes districtos do mesmo municipio pequenas bibliothecas e museus escolares”. Nenhuma das outras modalidades de bibliotecas mereceu menção, nem nessa lei, nem em outras, por décadas. Depois da legislação imperial, passamos a ter, em nosso ordenamento jurídico, a Lei nº 10.753, em 30 de outubro de 2003, que estabeleceu a Política Nacional do Livro. Entretanto, as referências desta sobre as bibliotecas se restringem aos estabelecimentos públicos. Nessa lei, acabou-se por promover uma discriminação: ao estabelecer que o livro em bibliotecas públicas não é considerado material permanente, foi gerada uma expectativa enorme nas demais que não se encaixam nessa definição (BUARQUE, 2015, p. 11).

Atualmente, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei Nº 28[11] do Senador Cristovam Buarque, que Institui a Política Nacional de Bibliotecas. O projeto foi apresentado a relatoria no dia 11 de fevereiro de 2015, seu último parecer a respeito da matéria é do dia 22 de março de 2016 através da Secretaria de Apoio a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Este projeto, destinado a instituir uma política nacional para bibliotecas, encontra amparo no art. 215 da Constituição Federal, segundo o qual é dever do

---

[10] <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19835> Acesso em 13 de jan. 2016

[11] <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687> Acesso em 12 de fev. de 2016

Estado garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Além dessa obrigação, consta a de que a administração deve garantir, apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Propostas legislativas como essas não surgem por acaso e apenas do interesse político, são o resultado de iniciativas classistas através dos Conselhos que visam o crescimento da profissão, assim como outras inseridas na sociedade capitalista e globalizada em busca de consolidação no mercado.

Um exemplo de participação da sociedade dá-se no momento pelo Ministério Público Federal, em seu papel na defesa dos Direitos do Cidadão resguardados pela Constituição Federal, tais como, segurança, saúde, educação, que inclui: escola, informação, acessibilidade, bibliotecas, dentre outros. Como exemplo, vem atuando na fiscalização da implementação da Lei da Universalização da Bibliotecas, através do Inquérito Civil nº 1.23.000.002045/2011-20[12], a Procuradoria da República do Estado do Pará (PR-PA) e suas respectivas Procuradorias da República nos Municípios (PRMs), com a coordenação da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. O objetivo é solicitar informações sobre as medidas para o cumprimento da Lei.

Porém, sempre que se buscam alternativas ou recursos financeiros para contribuir com a biblioteca escolar, dentro do próprio ambiente educacional, muitas vezes se encontra um sentimento de indiferença. Exemplo disso é o fato de que este elemento considerado essencial na educação de países desenvolvidos, sequer é mencionado na própria Lei nº 9.394 de dezembro de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)[13].

Também pode-se considerar que a biblioteca escolar não é tema de propostas e, por conseguinte, não dispõe de lobby político que a defenda como um tema necessário; ela faz parte apenas de manifestações ou discursos de boas intenções até ser descartada para arquivo morto, pois até mesmo na

---

[12] TOSTES, Melina Alves. Atuação do MPF: na fiscalização da implementação da Lei de Universalização das Bibliotecas nas Escolas. In: COLÓQUIO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES: ESSA LEI PEGOU, I., 2014, Belém. **Slides...** Belém: MPF, 2014.

[13] <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional> Acesso em: 22 de fev. 2016

estrutura da organização escolar, ao se pensar em orçamento e prioridades de aplicação de recursos, a biblioteca pode ser apenas uma vaga intenção.

As verbas educacionais, na maioria das vezes, não destinam nenhum recurso às necessidades da biblioteca. Isto pode ser observado na página eletrônica do Senado[14], que ao consultarmos o orçamento federal, não há menção a biblioteca escolar na destinação dos recursos, direcionados apenas a programas de incentivo à leitura. Os recursos destinados as bibliotecas são quase todos para a aplicação em acervos das universidades federais.

Outra norma que passa ao longo da questão das bibliotecas é a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PCN) e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Entretanto, desta constam apenas diretrizes e metas, mas não providencias concretas para dotar nosso país de uma efetiva política nacional de bibliotecas.

Legalmente, podemos encontrar decretos que, dizem respeito às bibliotecas, porém nenhum deles é abrangente o suficiente para caracterizar a biblioteca. Como exemplo, temos o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, que institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, ou seja, refere-se apenas aos estabelecimentos públicos. Já o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), embora trate das bibliotecas, lida com o tema de maneira genérica (BUARQUE, 2015).

Além da contribuição efetiva do Estado, leis de incentivos fiscais para empresas que queiram colaborar com recursos para a criação e manutenção de bibliotecas escolares, observando e fiscalizando a aplicação dos recursos através de representantes da sociedade civil, também podem ser alternativas. Quem sabe, talvez fosse necessário primeiramente uma articulação efetiva e integrada entre os profissionais bibliotecários com a sociedade na busca de parcerias para enfrentar este problema, pois a questão da biblioteca escolar é um enfoque discutido normalmente apenas sob a ótica da legislação profissional visando a ocupação do cargo.

A legislação é, sem dúvida, ferramenta importante para que uma classe profissional se mobilize em busca de direitos; no entanto, para os bibliotecários há uma peculiaridade: historicamente desconhecida da população e

[14] Acesso em: http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=1915534

desfavorecida pelo poder público, antes de tudo é preciso dar visibilidade à profissão, demostrando os motivos da necessidade deste profissional não apenas nas escolas, mas pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, através do aumento da escolarização, redução da taxa de analfabetismo, desigualdade social e diminuição da violência, contribuindo efetivamente para a qualidade de vida das pessoas.

Para adquirir visibilidade e iniciar este processo, diante da Lei de Universalização, é preciso realizar um mapeamento da situação municipal, estadual e federal em relação as bibliotecas e/ou salas de leitura: número de escolas, quantas tem biblioteca e/ou sala de leitura e o estado delas. Em seguida, listar as escolas que precisam de reforma para ter biblioteca e quais precisariam de mobiliário e contratação de profissionais. Feito isso, verificar o orçamento destinado para as escolas e a forma de administração desses recursos, para então avaliar a possibilidade de incluir a biblioteca no investimento do orçamento dos próximos anos, assim, quem sabe, incluir a biblioteca no Planejamento Plurianual (PPA) e na Lei de Orçamento Anual (LOA), ou ainda, fazer parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)[15] (BAIMA, 2012?).

3.2 Breve abordagem sobre formação e atuação profissional

A profissionalização de determinada área do conhecimento se dá por uma necessidade social. É um processo cheio de lutas, que exige organização e participação política para que determinada categoria se estabeleça e consiga reconhecimento profissional [...] (GARCEZ, 2009, p.101).

Em 1958, a profissão de bibliotecário foi incluída no grupo de profissões liberais, por meio da portaria 162 do Ministério Trabalho. Durante o II CBBD (Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação), em 1959, foi criada a Federação de Associações de Bibliotecários e em 1962, ocorreu a regulamentação da profissão de bibliotecário por meio de legislação federal, uma

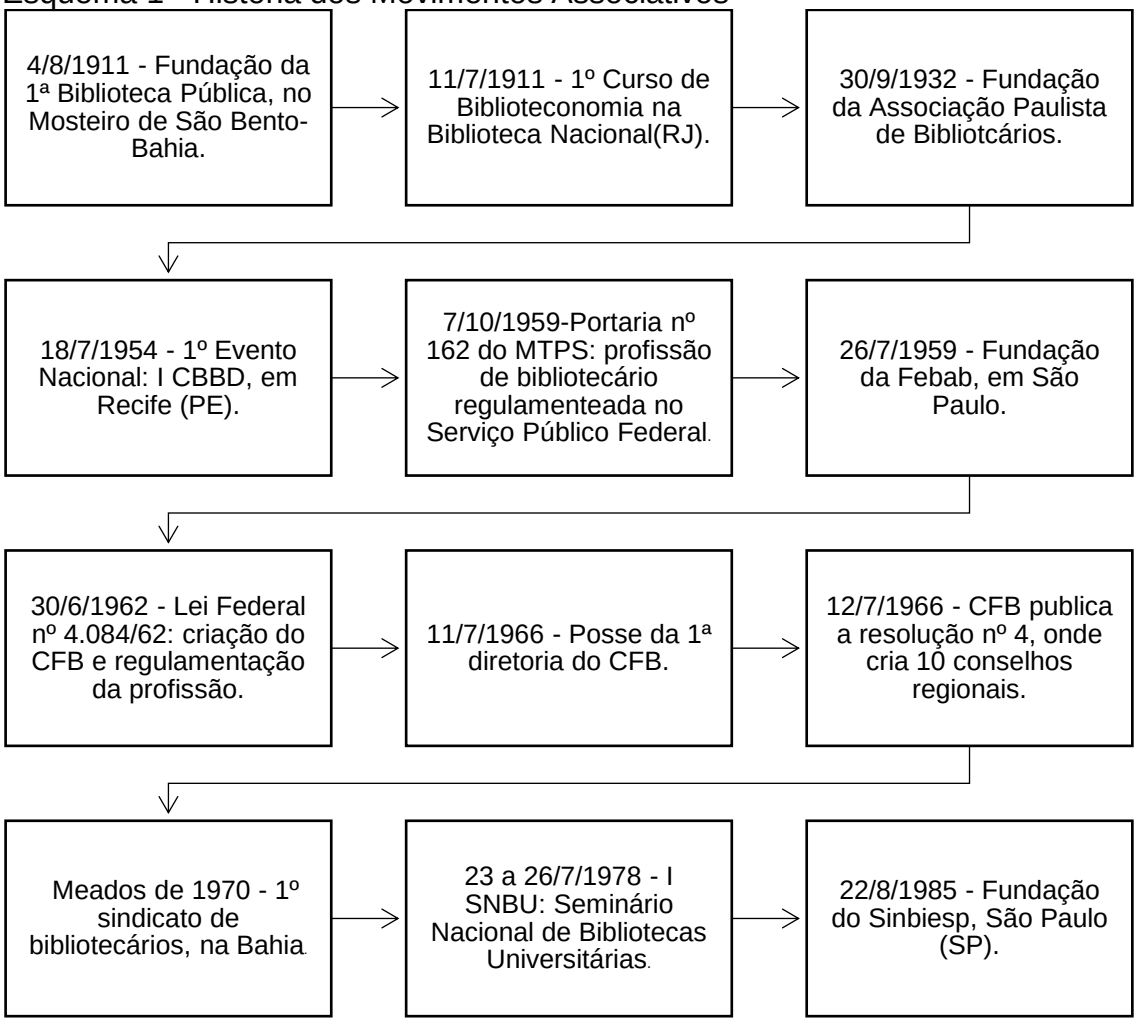
[15] Tem por objetivo manter e desenvolver o ensino e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é uma autarquia responsável por redistribuir o recurso oriundo da contribuição social do salário-educação. Uma parte destes recursos (60%) é creditada nas contas dos governos estaduais e municipais, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas escolas da rede pública. A outra parte é utilizada para financiar programas da educação básica.

vez que a sociedade, através de seus representantes eleitos, entendeu sua importância e que deveriam existir determinados requisitos para o exercício profissional. Neste mesmo ano foi criado o Conselho Federal de Biblioteconomia (RIBEIRO et al, 2015).

Com a fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e do Departamento Administrativo do Serviço Público do Rio de Janeiro, motivou-se a criação, na década de 50, de novos cursos no país incluindo o de Biblioteconomia. A luta dos bibliotecários para se firmarem como profissão de nível superior também ganhou força (ressalta-se nesse período a criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários – FEBAB) (ALMEIDA, 2013).

Com a explosão informacional, os bibliotecários, dentre outras profissões, tiveram que se adaptar diante das transformações decorrentes da globalização e novas tecnologias que afetaram diretamente os processos de guarda e organização da informação, trazendo profundas mudanças no perfil do profissional da informação. Este deixava de ser apenas um técnico organizador e guardador de livros, voltando seus objetivos para a realidade em que vive e trabalha, priorizando também sua qualificação para acompanhar os avanços da sociedade (MORENO et al, 2007, p.45).

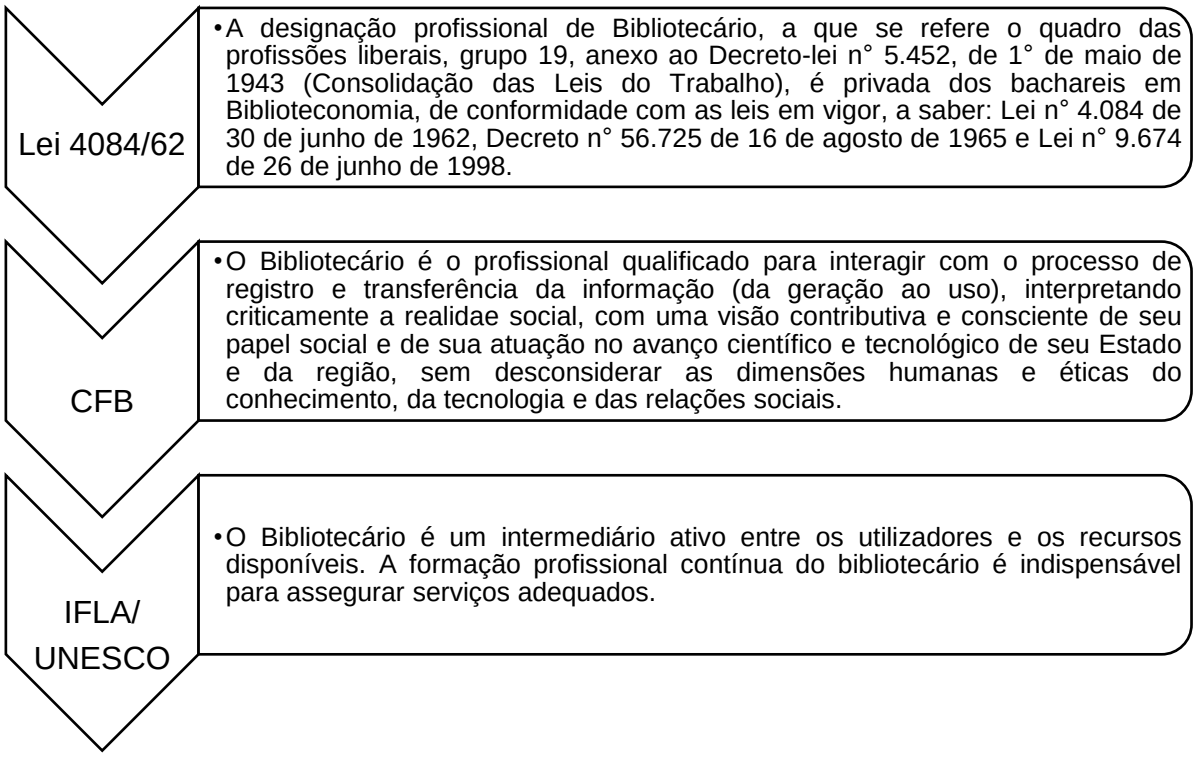
Esquema 1 - História dos Movimentos Associativos



Fonte: Adaptado de Ribeiro, Miranda e Reis (2015, p.4).

Com o reconhecimento oficial da profissão a nível nacional (Lei 4.084/62) estabelece-se o currículo mínimo (Decreto 550/62) dos cursos de graduação em Biblioteconomia com três anos de duração com as seguintes disciplinas: História do Livro e das Bibliotecas, História da Literatura, História da Arte, Introdução aos Estudos Históricos e Sociais, Evolução do Pensamento Filosófico e Científico, Organização e Administração de Bibliotecas, Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referencia, e Paleografia. Ainda na década de 60 é criada a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEDB), com o objetivo de estabelecer diretrizes para as atividades de ensino da área e promover o intercâmbio de experiências docentes (GUIMARÃES; GUAREZZI,1994).

Esquema 2 - Definições para o profissional liberal bibliotecário[16] , estabelecidas pela Lei 4.084/62 e pela IFLA e UNESCO.



Fonte: Adaptado de Ribeiro, Miranda e Reis (2015, p.7).

A partir do início da década de 70, surgem os primeiros cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, instaurando um novo movimento profissional, mais preocupando com a formação de docentes para os cursos de graduação e o desenvolvimento da pesquisa na área. Surgem então, os questionamentos sobre a profissão diante de seus entraves (SOUZA; MULLER apud ALMEIDA, 2012).

Consequentemente são lançados quatro periódicos especializados e de circulação nacional: Ciência da Informação, Revista de Biblioteconomia de Brasília, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação e Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Com a reformulação do currículo mínimo em 1982, o ensino de Biblioteconomia assume seu caráter interdisciplinar, preocupando-se não apenas com o documento e sua organização, mas com a informação em seus diferentes suportes, vista como um produto essencial ao

[16] Profissional Liberal: esta diz respeito àqueles profissionais, trabalhadores, que podem exercer com liberdade e autonomia a sua profissão, decorrente de formação técnica ou superior específica, legalmente reconhecida, formação essa advinda de estudos e de conhecimentos técnicos e científicos. Seu exercício pode se dar com ou sem vínculo empregatício específico, mas sempre regulamentado por organismos fiscalizadores do exercício profissional.

desenvolvimento da sociedade e também como mercadoria. Vale ressaltar que nesse período o computador passava a fazer parte da realidade bibliotecária como um novo suporte de suas atividades (GUIMARÃES; GUAREZZI,1994).

No ano de 1981 houve a necessidade de atualização do currículo mínimo, e em 1982 o Conselho Federal de Educação, em parceria com a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia, estabeleceu o 2º Currículo Mínimo com matérias divididas em três grupos: matérias de fundamentação geral, matérias instrumentais e matérias de formação profissional. Nem todos os cursos aderiram às mudanças devido à falta estrutura (ALMEIDA; BATISTA, 2013).

Esquema 3 – Equivalências e diferenças entre os Currículos de 1962 e 1982

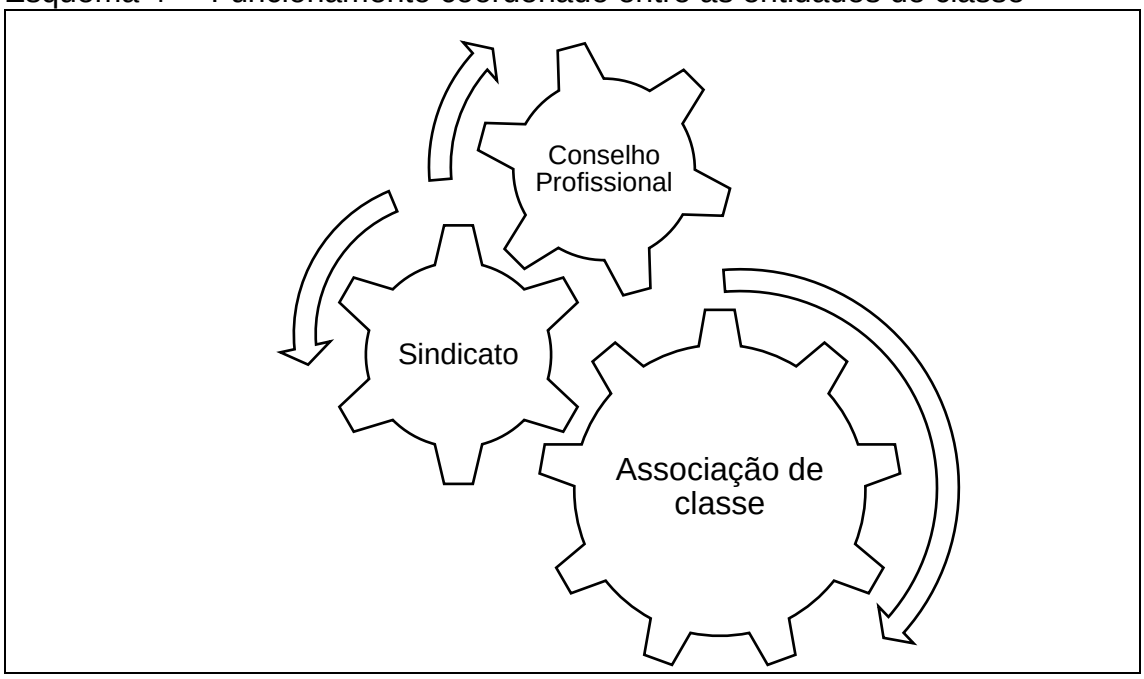
Currículo mínimo de 1962	**Currículo mínimo de 1982**
	Matérias de Formação Geral: 1. Comunicação
1. Introdução aos estudos históricos e sociais	2. Aspectos sociais, políticos e econômicos do Brasil contemporâneo
2. História da arte 3. Evolução do pensamento filosófico e científico 4. História da literatura	3. História da Cultura
	Matérias Instrumentais 4. Lógica 5. Língua portuguesa e literatura 6. Língua estrangeira moderna 7. Métodos e técnicas de pesquisa
5. Documentação	*Matérias de Formação Profissional* 8. Informação aplicada à Biblioteconomia
6. História do livro e das bibliotecas	9. Produção do registro do conhecimento
	10. Desenvolvimento de coleções
7. Catalogação e classificação	11. Controle bibliográfico
8. Bibliografia e referência	12. Disseminação da informação
9. Org. e administração de bibliotecas	13. Administração de bibliotecas
10. Paleografia	

Fonte: Adaptado de Almeida e Batista (2013, p.4).

O bibliotecário erudito cedeu lugar ao técnico que mais tarde começou a manifestar sua consciência de classe na luta pelo reconhecimento profissional. Uma vez conquistado este espaço, concentrou-se mais no aprimoramento cientifico e consequentemente passou a ser reconhecido por outros profissionais através da contribuição a outras áreas do conhecimento (ALMEIDA, 2012).

As entidades de representação da classe bibliotecária foram criadas para atuarem de forma coordenada, como mostra a figura, ou seja, cada qual em uma direção, sem que exista disputa de espaço e uma auxiliando a outra. Porém, por falta de sindicatos suficientes, acabam ampliando, muitas vezes com deficiências, suas atividades, sobrecarregando umas às outras (RIBEIRO; MIRANDA; REIS, 2015, p. 5).

Esquema 4 – Funcionamento coordenado entre as entidades de classe



Fonte: Adaptado de Ribeiro, Miranda e Reis (2015, p.6).

Partindo da premissa de que muitas profissões são importantes, não apenas para seu próprio crescimento e evolução como também para a sociedade, os bibliotecários podem praticar trabalhos voluntários em conselhos de classe, por exemplo, associações, sindicatos, ONGs, bibliotecas comunitárias e outros tipos de bibliotecas.

Podendo atuar em diversos espaços e ramos de mercado, geralmente os mais tradicionais e conhecidos pela sociedade são as bibliotecas (públicas, universitárias, especializadas, etc.). E por incrível que pareça, um mercado ainda pouco ocupado é o da biblioteca escolar, visto que atualmente existem muitas

escolas sem bibliotecas e aquelas que possuem, muitas vezes, estão sem o bibliotecário.

É diante dessa realidade que Martucci (apud GUIMARÃES; GUAREZZI, 1994, não paginado) afirma que:

> Em termos das reais necessidades da população brasileira, o perfil do bibliotecário seria o de um profissional para atuação em bibliotecas públicas e escolares: uma rede de bibliotecas públicas que cobrisse todo o país, tendo à frente profissionais consistentes e preparados para desempenhar seu papel como agentes de transformação cultural, como agentes da democratização do conhecimento. Este perfil social do profissional seria a infraestrutura de nosso desempenho em um país em desenvolvimento.

No mercado informacional também se abre uma gama de opções ainda pouco exploradas, entre instituição que trabalha com informação e necessita de organização, pesquisas em bases de dados, levantamentos bibliográficos, pesquisas em fontes de informação, inteligência competitiva, portal de periódicos científicos, bibliotecas digitais, serviços de assessoria, editoras, entre outras. Tendo em vista a demanda do mercado por profissionais atualizados, que reúnam novos atributos como liderança, motivação, determinação, disciplina, inovação e negociação, surgem novos nichos de mercado resultantes das transformações da sociedade.

Partindo das dimensões de competências designadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o Bibliotecário Escolar se enquadra em dimensões técnicas, estéticas, éticas e políticas. A dimensão técnica refere-se a construir conteúdos de acordo com a necessidade dos usuários; a dimensão estética refere-se as às habilidades criativas e subjetivas que todo profissional deve ter; a dimensão ética orienta para a realização do bem coletivo e a dimensão política permite que o profissional visualize sua participação e efetive uma construção de entendimento de direitos e deveres (FARIAS; CUNHA, 2009 apud ALBUQUERQUE; TEDESQUI, 2014, 122-123)

Deste modo as mudanças na formação profissional têm permitido discussões e o engajamento sobre novos temas, o que contribui para um profissional mais crítico e atuante. O modelo econômico vigente impõe a qualquer profissional um novo perfil com maior qualificação e envolvimento, não apenas de trabalho, mas de socialização, onde se priorize a comunicação, flexibilização, interpretação de dados, integração funcional, absorção e troca de conhecimento.

A formação é o primeiro passo na construção da imagem profissional que o indivíduo desenvolverá e, portanto, o papel das Escolas de Biblioteconomia e dos professores é fundamental para esse processo de formar pessoas que se reconheçam como responsáveis pelas mudanças e necessidades sociais, que sejam abertos e aptos em adquirir novos conhecimentos e competências. É uma tarefa complexa e que também inclui outros pontos como a legislação profissional, o código de ética e as pressões mercadológicas. Isso sem mencionar, ainda, as tecnologias de informação e de comunicação que alteraram de forma rápida o mundo da informação (WALTER; BAPTISTA, 2009, p. 5).

Neste cenário, os movimentos associativos têm permitido que os profissionais se dediquem aos mais diversos temas. Tais ações colaboram para a formação de um profissional mais crítico e atuante. Portanto, é importante que se promovam essas discussões pois o envolvimento contribui para o reconhecimento e fortalecimento da classe como um todo.

4 A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

Ao longo do tempo o conceito para biblioteca foi sendo transformado, ajustando-se através de sua própria história. Uma concepção bem abrangente e utilizada na atualidade é a de que a biblioteca não é mais apenas um deposito de livros e documentos, pois tem como foco principal o uso da informação em sua comunidade, podendo se estender e servir de suporte a comunidades adjacentes, oferecendo meios que possibilitem sua finalidade. As funções desempenhadas por cada biblioteca irão determinar sua tipologia, como escolar, especializada, infantil, pública, nacional e universitária.

A biblioteca escolar deve ser organizada para interagir com a sala de aula no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação.

Deve ser entendida como um sistema segundo duas dimensões: organizacional e espacial. Como organizacional é construída a partir de seres humanos, recursos materiais, tecnológicos, intelectuais, procedimentos, técnicas, produtos, serviços, sua estrutura. Como espaço ou lugar, é construída a partir de signos, artefatos (livros, estantes, computadores, mesas, etc.), espaços arquitetônicos e ambiência. Na supra estrutura teríamos a biblioteca enquanto instituição, detentora de uma identidade, de uma cultura própria, sua missão, objetivos, crenças, valores, enfim sua ideologia (DUDZIAK, 2001, p. 96).

Nos EUA, já no início da década de 1950, havia consciência de que a biblioteca tinha responsabilidade de instruir o leitor no uso da coleção, ensinando-o a manusear fontes de informação; na década seguinte a função educativa da biblioteca escolar expandiu-se, quando se percebeu que o ensino do uso das fontes deveria ser feito no contexto dos conteúdos curriculares. A função da biblioteca seria a de ajudar os alunos a usar efetivamente os recursos informacionais, mas o bibliotecário deveria ter um papel ativo no ensino de habilidades sob a informação e que estas deveriam estar integradas ao currículo do profissional.

A partir da década de 1980, o papel educativo do bibliotecário se fortaleceu em consequência de pesquisas científicas sobre como os estudantes aprendem com novas informações e o papel da biblioteca nesse processo. Os

estudos que se seguiram ampliaram consideravelmente o conhecimento sobre a dimensão pedagógica da biblioteca. As evidencias proporcionadas por tais estudos podem embasar com mais segurança o trabalho educativo do bibliotecário, que ocorre quando ele mobiliza os variados recursos da biblioteca para colaborar com os professores em programas de letramento informacional.

Bibliotecários e docentes, enquanto educadores, devem ter consciência da necessidade de preparar os indivíduos para viver na sociedade da informação. Pois a falta de engajamento e a não adaptação ao contexto são fatores que levam ao fracasso muitos programas implementados por bibliotecários mesmo com o apoio de docentes. Muitas vezes até existe uma cooperação, mas não existe a inclusão dos programas como elementos importantes no currículo. Se não há um respaldo nesse sentido, os esforços não valem muito, se transformam em ações isoladas e não resultam em mudanças na política educacional (DUDZIAK, 2001).

Em trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa em Biblioteca escolar[17], organizado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Escola de Ciência da Informação da UFMG Sobrinho (2012) descreve habilidades e competências necessárias para atuação do bibliotecário escolar, tais como:

- Conhecer os fundamentos da educação;
- Compreender a organização do trabalho pedagógico;
- Entender as políticas públicas que orientam a educação brasileira, bem como aquelas voltadas para as bibliotecas escolares;
- Promover a informação inclusiva a partir da acessibilidade aos recursos informacionais no espaço escolar;
- Aprimorar a capacidade metodológica de pesquisa nesses especialistas, para assim fazer do espaço escolar de atuação da biblioteca, um campo onde desenvolverá pesquisas para aprimorar a teoria que o ajudará a refletir sobre sua prática;
- Compreender como se dá a pesquisa escolar e como a biblioteca poderá contribuir com o trabalho do professor em relação a essa ação pedagógica;

[17] Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=98&Itemid=90>. Acesso em: 14 de Out. 2016

- Melhorar a capacidade de elaborar e gerenciar projetos, bem como inteirar-se dos modos de captação de recursos para financiá-los;
- Diversificar as estratégias de promoção do gosto e hábito de leitura

Na atualidade, as bibliotecas de um modo geral vêm deixando de ser espaços estáticos, fechados e silenciosos, onde as pessoas se enclausuram para realizar seus estudos e leituras, e estão se transformando em espaços dinâmicos, interativos e em permanente construção do saber coletivo.

Para Bergue (2011, p. 177 apud COUTINHO; XERXENESKY, 2011, p.177),

> [...] a instituição educativa, ao integrar a biblioteca, mostra que a mesma [...] tem uma função preestabelecida dentro seu projeto pedagógico: ela não somente deve disponibilizar acesso à informação, mas também introduzir transdisciplinarmente as Competências em Informação.

A inserção do bibliotecário na comunidade educacional nem sempre é fácil. Embora muitos bibliotecários se considerem educadores e possuam *status* para tal, nem sempre as escolas e faculdades às quais estão vinculados percebem esses profissionais como colegas engajados no processo educacional. Em geral, admite-se que as coleções das bibliotecas são essenciais para a formação do estudante, mas a necessidade de se educar para ter o domínio da informação fica muitas vezes em segundo plano (DUDZIAK, 2001).

Esse conceito de que o ensino e a biblioteca escolar se completam, nasce quando a biblioteca escolar atua como um órgão de apoio a todos e quaisquer programas educativos, sejam de natureza didática, cultural e/ou recreativa, oferecendo todo tipo de materiais essenciais à obtenção dos objetivos dos currículos, satisfazendo ao mesmo tempo os interesses, necessidades, aptidões e objetivos dos próprios alunos. Dessa forma, a biblioteca passa a ser um instrumento do processo de ensino e aprendizagem (ASSIS, 2010, p. 22)

Vale ressaltar que a biblioteca escolar não deve ser entendida como um espaço de apoio à ação da escola, servindo apenas como suporte à pesquisa. Deve sim fazer parte não só de seu espaço estrutural e educativo, mas também possuir autonomia para ampliar o processo pedagógico através da formação de leitores, onde todos possam utilizá-la como uma porta de entrada de conhecimento, capaz de fornecer as condições básicas para o aprendizado permanente, autonomia crítica e desenvolvimento cultural do indivíduo no

contexto de sua realidade. Assim, a biblioteca estará exercendo plenamente seu papel social.

4.1 Letramento e a formação de leitores

A concepção de biblioteca como parte do processo pedagógico na formação de leitores surge em meados dos anos 70, nos EUA, com a expressão *Information Literacy (IL) – Competência/Letramento informacional no Brasil*[18].

A partir desse período o bibliotecário nos EUA já era visto como um profissional da informação, onde suas habilidades não visavam apenas procedimentos técnicos e administrativos, mas também promoviam a disseminação da informação de modo eficiente. Com o surgimento de novas tecnologias da informação, na década de 80, ocorre nas bibliotecas uma adaptação a esses novos sistemas.

Uma série de programas educacionais voltados para a *IL* foi implementada ao redor do mundo nos anos 90, principalmente a partir das bibliotecas universitárias. O bibliotecário era visto como educador e participante fundamental na aplicação da *information literacy.*

Foram também nestas décadas, segundo Doyle (apud DUDZIAK, 2003), traçadas as diretrizes da IL, considerando-a um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos e valores ligados à busca, acesso, organização, uso e apresentação da informação na resolução de problemas, utilizando, para tanto, o pensamento crítico.

No Brasil, na segunda metade dos anos 80 é que a palavra *letramento* surge no discurso dos especialistas das áreas da educação e das ciências linguísticas. É o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Não se trata, portanto, de ser alfabetizado, saber ler e escrever, ato adquirido mecanicamente. Mas sim em saber que a leitura e a escrita trazem consequências sociais, políticas, culturais, econômicas, cognitivas e linguísticas para o grupo social ou para o indivíduo que aprende a usá-las. É fazer relações

---

[18] O conceito de competência informacional envolve, entre outras, a ideia de habilidade de informação. Segundo Kuhlthau (1996, p. 154), “usuários competentes em informação estão preparados para aplicar habilidades informacionais e de uso de biblioteca ao longo de sua vida. Ou seja, uma pessoa competente em informação domina as habilidades necessárias para desenvolver o processo de pesquisa” (CAMPELO; ABREU, 2005, p.179)

com as leituras já realizadas, é avaliar criticamente a informação, é ser aprendiz independente, é aprender a aprender e buscar aprendizado sempre (BECKER; GROSCH, 2008).

Pode-se definir *letramento informacional* como “a estruturação sistêmica de um conjunto de competências que permite integrar as ações de localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento, objeto da aprendizagem, visando a tomada de decisões e resolução de problemas”. Contudo, para colocá-lo em prática na educação básica é necessária a formação adequada de professores, a mudança de concepções de ensino-aprendizagem, a revisão e organização do currículo e a adequação da infraestrutura necessária a informação. A vida acadêmica favorece o processo pedagógico, constituindo contribuição decisiva na formação de cidadãos autônomos e competentes (VIEIRA, 2014).

E como implementar tais ações pedagógicas? Primeiramente pensar na gama de não-usuários que podem ser agregados em bibliotecas públicas e escolares. Em seguida é preciso dinamizar o acervo, adequando-o às necessidades da comunidade. Basicamente a instituição de um espaço para o teatro, o cinema, a música, palestras, seminários, cursos de capacitação e serviços de informação utilitária seriam atrativos para aproximar aqueles que estão distantes da biblioteca.

É na escola que muitos fazem seus primeiros contatos com a leitura e escrita; para que isso aconteça é preciso implantar programas educacionais voltados para o letramento, através da integração entre professores e bibliotecários, promovendo ações que utilizem a biblioteca como fonte influente na transformação dos alunos em leitores.

Assim, o leitor competente ou letrado, em síntese, é aquele que apresenta os seguintes comportamentos:

- Sabe buscar textos de acordo com o seu horizonte de expectativas, segundo deus interesses e necessidades;
- Adquire livros
- Conhece os locais onde os livros e matérias de leitura se encontram, sejam em bibliotecas, livrarias, entre outros;
- Frequenta espaços mediadores de leitura;

- Orienta-se fácil nas estantes, sendo independente na busca daquilo que lhe interessa;
- Segue as orientações de leitura oferecidas pelo autor;
- É capaz de dialogar com novos textos, posicionando-se crítica e criativamente diante deles;
- Troca impressões e informações com outros leitores;
- É receptivo a novos textos que não confirmem seu horizonte de expectativas;
- Amplia seu horizonte de expectativas e sua visão de mundo a cada leitura (BECKER; GROSCH, 2008, p.38).

Além de ampliar as habilidades no manuseio dos diversos tipos de suportes da informação, a verdadeira leitura vai além da decodificação dos códigos; o ato de ler deve ser um processo contínuo e que leva a reflexão, analise, senso crítico, ampliando os horizontes do indivíduo para que este compreenda melhor o universo em sua volta. A leitura deve ser algo que tenha significado para o leitor, acrescentando-lhe novas experiências e reformulando suas ideias, faça parte do seu contexto e permita aprender e reaprender.

Neste sentido, as bibliotecas assumem papel fundamental ao possibilitar às pessoas o acesso à leitura, através do seu acervo e, mais precisamente, por meio daqueles que são a mais fiel tradução do conhecimento disponibilizado no mundo, os livros.

Wisniewski e Polak (2009, p. 443 apud CARVALHO, 2005, p. 67) ressaltam que:

> Algumas pessoas criam o gosto pela leitura pelo exemplo dos familiares, outras, por influência de professores ou por circunstâncias fortuitas de suas histórias de vida. No entanto, a formação de leitores em grande escala, via escola, só ocorrerá se houver uma política de leitura, traduzida na adequada formação de professores leitores, na oferta abundante de bons livros e variados materiais escritos, e na instalação de bibliotecas e salas de leitura bem equipadas, dinamizados por bibliotecários.

Transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação, em que novos suportes informacionais direcionam apenas para o domínio das novas tecnologias, sendo apenas instrumentos de habilidades primárias que têm como objetivo inserir o cidadão, o distanciando ainda mais de uma formação como leitor.

4.2 Como deveria funcionar a biblioteca na escola

Biblioteca e escola devem se harmonizar para atingir o mesmo objetivo: despertar o pensamento crítico e criativo do aluno. E para que isso aconteça, é necessário que se preveja, nas plantas dos prédios de escola, o espaço da biblioteca, que se transforme a sala de aula em biblioteca (NERY apud ASSIS, 2010, p. 26).

O papel principal da biblioteca na escola é o de contribuir para as ações pedagógicas voltadas para a formação de leitores. Isso significa que a leitura deve ser algo que faça sentido ao leitor para que ele reconheça sua importância. Neste sentido, as bibliotecas assumem papel fundamental ao possibilitar o acesso à leitura, através de seu acervo e, mais precisamente, por meio daqueles que são a mais fiel expressão do conhecimento no mundo, os livros.

Para que isso ocorra, a biblioteca deve implementar recursos básicos a sua finalidade, tais como: estrutura; serviços; estudo de usuários e organização do acervo.

A biblioteca tem por objetivo mediar os processos de busca pela informação, e em sua estrutura considerara-se tanto o acesso físico (recursos informacionais) quanto o acesso intelectual (interpretação das informações).

Por ser um lugar de pesquisa e leitura, a biblioteca escolar deve possibilitar ao aluno sua frequência assídua, mesmo fora do horário escolar. É preciso que tenha espaço e mobiliário adequados, disposição das estantes bem planejada, boa iluminação, acervo diversificado, e profissional capacitado com características dinâmicas, empenhado em tornar o ambiente acessível e agradável aos alunos.

Para que a biblioteca funcione e atenda adequadamente as necessidades de seus usuários, ela deve se organizar para dinamizar os serviços que presta. Como resultado, ela se torna um organismo repleto de atividades e interações informacionais, promovendo atividades sociais, culturais e recreativas.

Dentre os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, estão os serviços de alerta, que divulgam, por exemplo, a aquisição de novos conteúdos, seja através de cartazes, quadros de aviso, etc.

O serviço de consulta ao acervo, deve ser de preferência com acesso as estantes, salvo casos especiais. Outro aspecto importante é o programa de

formação e orientação de usuários, que informam sobre os serviços, tais como, manuseio dos livros, arranjo dos materiais, uso dos sistemas de classificação, catálogos e como utilizá-los, aproveitando ao máximo o que a biblioteca oferece.

Portanto, sendo o usuário seu foco principal, uma biblioteca deve garantir dois serviços básicos; o de referência e a educação de usuários, sendo que este último não se retinge apenas ao uso do espaço, mas também ao respeito, convívio social e preservação dos bens de uso coletivo.

Toda biblioteca escolar possui duas categorias de usuários: aqueles que fazem parte diretamente da organização, da escola a que ela pertence, os quais podemos identificar como “usuários principais”, e os que mantém algum vínculo com a escola, mas não a frequentam diariamente, não tomam parte nas decisões e nem participam das aulas. Para os primeiros, a biblioteca deve investir todos os seus esforços no sentido de identificar e atender as suas necessidades informacionais. São alunos, professores, diretores, coordenadores, consultores pedagógicos educacionais, o pessoal técnico e administrativo, todos os que fazem a escola acontecer, ali trabalham e passam boa parte do seu dia (BANDEIRA; CÔRTE, 2011)

A implantação de uma biblioteca é desenvolvida através do perfil de seus usuários, refletindo no seu planejamento, organização do acervo, serviços que serão prestados, características do prédio e equipamentos instalados.

O conteúdo de uma biblioteca é determinado pela natureza e nível de informação, isto é, informação técnica, científica ou aplicada. É necessário, portanto, adequar o conteúdo ao tipo e ao nível do usuário. Na formação do acervo de uma biblioteca escolar devem ser observados dois aspectos: a propriedade do conteúdo, adequado aos interesses dos usuários, no que diz respeito ao nível, tipo de documento e linguagem; e o caráter de essencialidade ou complementariedade, que definirá uma escala de prioridades.

Além do bibliotecário, um dos agentes deste processo é o professor, que atua nos critérios de formação do acervo estabelecendo ligação da sala de aula com a biblioteca, canalizando atividades para que ela faça parte do cotidiano dos alunos. Mas essa integração dentro do sistema educativo só é possível na medida em que houver correspondência entre a oferta de produtos, os serviços da biblioteca e a demanda de clientes na escola.

A composição do acervo varia a depender do tipo de público, especialização ou necessidade detectadas no transcorrer de sua formação. Pode ser adquirido por meio de compra, doação ou permuta (troca), etc. [...] Entre os materiais que compõem os vários tipos de acervo podemos encontrar: material bibliográfico: livros, folhetos, periódicos, etc.; realia, artefatos tridimensionais, arquivos de computador, filmes cinematográficos e gravações de vídeos, gravação de som ou registro gramas, material cartográfico, material iconográfico, microformas e música impressa (VIEIRA, 2014, p. 31).

A organização do espaço será determinada por suas dimensões, finalidades, perfil de usuários; deve-se levar em conta o número de funcionários e os recursos financeiros destinados à biblioteca, e sempre que necessário realizar um prognóstico sob a possibilidade de crescimento do acervo.

4.3 O perfil predominante da biblioteca na escola

Na maioria das escolas não houve um espaço pré-estabelecido à construção da biblioteca, e muitas são construídas posteriormente ou surgem em espaços adaptados como sala de leitura, e sem a presença do profissional bibliotecário (GAECEZ, 2007).

Além disso, predomina nas escolas uma cultura amarrada entre professor, aluno e conteúdo, que atribui ao processo de ensino-aprendizagem um mecanismo geralmente pré-programado de conteúdo, compartilhado por cada docente de modo separado e muitas vezes definitivo.

A forte dependência dos alunos em relação aos docentes na transmissão e aquisição de informações torna-os passivos e restringe sua visão, ou seja, os alunos não são encorajados a explorar o conhecimento, mas sim, em tirar boas notas. As aulas expositivas transformam o aluno em mero espectador, ao mesmo tempo em que coloca o docente numa posição privilegiada, sendo totalmente inadequada quando os objetivos de ensino se referem aos níveis mais elevados do domínio cognitivo: aplicação, analise, síntese e avaliação.

Tudo isso aliado ao confinamento na sala de aula junto com os métodos de avaliação por provas, que excluem os níveis e a diversidade intelectual, conduzem alunos e docentes a rotina e desmotivação. Neste contexto tradicional de escola, mesmo docentes, bibliotecários e administradores com real

preocupação em relação a uma educação melhor, mais atual, encontram-se presos à estrutura vigente.

Com os avanços tecnológicos e a chamada explosão informacional propagada principalmente pela internet, a educação parece se preocupar apenas em adequar-se com o novo ritmo. Ressalta-se, portanto, que não basta a escola se apropriar da tecnologia para que haja inovação. A verdadeira inovação da educação vai muito além disso, ela requer acima de tudo o conhecimento através da percepção, associação, raciocínio e imaginação; para isso, é necessário a especialização de profissionais específicos em biblioteca escolar trabalhando em conjunto com o corpo docente.

5 A REALIDADE DA BIBLIOTECA ESCOLAR

O Censo Escolar sempre perguntou se uma escola tem ou não biblioteca, e a partir de 2001 passou a verificar também se possuíam sala de leitura. Com base na junção desses dois dados constatou-se que em 1997 apenas 19,61% do total de escolas analisadas tinham biblioteca, já em 2005, 33,32% tinham biblioteca ou sala de leitura (SÁTYRO; SOARES, 2007)

Esquema 5 - Porcentagem de escolas brasileiras de ensino fundamental que possuem biblioteca ou sala de leitura segundo localização – Censo Escolar 1997-2005

Localização	Ano								
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	20	22	24	28	29	31	33	39	34
Escolas Rurais	2	2,5	3	4	5	6	7	12	8
Escolas Urbanas	50	52	54	57	59	62	63	70	62
Escolas Metropolitanas	58	60	61	62	69	71	72	78	70

Fonte: Censo Escolar [19]

Segundo os cálculos do movimento Todos pela Educação com base no Censo escolar de 2008, para que se cumpra a lei 12.244/10 até 2020, teriam que ser construídas 25 bibliotecas por dia só nos estabelecimentos de Ensino Fundamental, pois o déficit nesta faixa de ensino é de 93 mil.

[19] Tabela adaptada de gráfico do censo IPEA (1997 a 2005) dos autores citados Natália Sátyro e Sergei Soares, através de acesso em www.ipea.gov.br/publicacoes.

O levantamento também aponta que 70% das 133 mil escolas de ensino fundamental possuem acervo de livros e necessitam de pelo menos 178 mil bibliotecários até 2020. O desafio será maior nas escolas públicas que precisam de 89,7 mil bibliotecas.

A situação é mais séria nos colégios municipais. Na educação infantil, apenas 30% dos colégios têm algum tipo de acervo; serão necessários criar 21 por dia para cumprir com a demanda. No ensino médio, a situação é um pouco melhor, faltam bibliotecas em 3.471 escolas.

Para Luis Norberto, do *Todos pela Educação:*

> Essa dificuldade é decorrente da falta de visão do Brasil sobre a importância da biblioteca. No mundo todo as bibliotecas são doadas por mantenedores que têm uma alegria imensa de poder doar um acervo. A lei é uma direção, mas ela não faz nada. Nós, a sociedade, é que devemos fazê-la funcionar. A tarefa não é só dos gestores, imagine se cada empresário doasse um acervo para uma escola, em dois anos o problema estava resolvido (E Guia do Estudante, 2010, não paginado).

O mesmo levantamento do ano de 2011, aponta que um total de 128.020 bibliotecas deveriam ser construídas entre 2011 e 2020, tanto em redes públicas como privadas. Para isso, seria necessária a construção de 39 unidades por dia, o que abrange escolas de Educação Especial, Infantil, Jovens e Adultos, Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional.

Esquema 6 – Déficit de bibliotecas em escolas no Brasil (Todas as escolas)

	Total de escolas	Escolas com bibliotecas	Escolas com bibliotecas (%)	Escolas sem bibliotecas	Nº de bibliotecas que devem ser construídas por ano	Nº de bibliotecas que devem ser construídas por mês	Nº de bibliotecas que devem ser construídas por dia
Total	193.053	65.033	33,7%	128.020	14.224,4	1.185,4	39,0
Educação especial	4.395	2.126	48,4%	2.269	252,1	21,0	0,7
Educação infantil	115.224	30.750	26,7%	84.474	9.386,0	782,2	25,7
EJA	38.245	15.799	41,3%	22.446	2.494,0	207,8	6,8
Ensino Fundamental	146.241	52.272	35,7%	93.969	10.441,0	870,1	28,6
Ensino médio	26.944	19.651	72,9%	7.293	810,3	67,5	2,2
Profissional	4.101	3.429	83,6%	672	74,7	6,2	0,2

Fonte: Censo escolar (2011, não paginado).

Um levantamento feito pelo portal Qedu, da fundação Lemann, a pedido da Agencia Brasil, com base em dados do Senso Escolar de 2014, aponta que diante da Lei de Universalização, o Brasil precisaria construir mais de 64,3 mil bibliotecas em escolas públicas até 2020.

Realizado no ano de 2014 o levantamento apontou que, 53% das 120,5 mil escolas públicas do país não tem biblioteca ou sala de leitura, ou seja, a contar a partir do ano de 2014, seria necessário levantar e equipar mais 1 mil bibliotecas por mês para cumprir a lei.

No quadro das desigualdades do Brasil, os dados também mostram uma grande disparidade entre as regiões e os estados no percentual de escolas públicas que possuem bibliotecas. Na Região Sul 77,6% das escoas possuem, Sudeste 71,1%, Centro-Oeste 63,6%, Região Nordeste 30,4% e Norte com 26,7%. O Maranhão é o estado que possui o menor número de escolas com bibliotecas, são apenas 15,1%, seguido pelo Acre (20,4%) e pelo Amazonas (20,6%). Na outra ponta do ranking, estão o Distrito Federal (90,9%), o Rio Grande do Sul (83,7%) e o Rio de Janeiro (79,4%).

Esquema 7 – Déficit de bibliotecas escolares de todas as escolas (capitais)

Município	Total de Escolas	Escolas com bibliotecas	Escolas com bibliotecas (%)	Escolas sem bibliotecas	Bibliotecas que devem ser construídas por ano
Rio Branco	261	136	52%	125	13,9
Maceió	502	312	62%	190	21,1
Macapá	277	158	57%	119	13,2
Manaus	897	556	62%	341	37,9
Salvador	1048	521	50%	527	58,6
Fortaleza	1230	1031	84%	199	22,1
Brasília	1110	494	45%	616	68,4
Vitória	168	140	83%	28	3,1
Goiânia	728	473	65%	255	28,3
São Luís	669	407	61%	262	29,1
Cuiabá	318	166	52%	152	16,9
Campo Grande	445	270	61%	175	19,4
Belo Horizonte	1236	1042	84%	194	21,6
Belém	581	282	49%	299	33,2
João Pessoa	487	297	61%	190	21,1
Curitiba	931	619	66%	312	34,7
Recife	1119	683	61%	436	48,4
Teresina	657	353	54%	304	33,8
Rio de Janeiro	3656	1659	45%	1997	221,9
Natal	490	351	72%	139	15,4
Porto Alegre	1015	631	62%	384	42,7
Porto Velho	279	139	50%	140	15,6
Boa Vista	184	112	61%	72	8,0
Florianópolis	257	163	63%	94	10,4
São Paulo	6113	1484	24%	4629	514,3
Aracaju	284	169	60%	115	12,8
Palmas	136	110	81%	26	2,9

Fonte: Censo escolar (2011, p.42).

No livro *Miséria da Biblioteca Escolar* de 1994, editado em 1999 e por último no ano de 2003, (SILVA apud MACEDO, 2005, p.226) cometa que:

> A real situação da biblioteca escolar no Brasil pode ser simbolizada pelo silêncio, o silêncio das autoridades, indiferença dos pesquisadores, professores e omissão dos bibliotecários. A biblioteca escolar é exemplo do abandono e exclusão das políticas educacionais. Nesse aspecto, se fizéssemos uma analogia da situação da biblioteca escolar com os indicadores sociais, certamente ela estaria muito abaixo da linha da pobreza, numa situação quase de indigência agonizante. Quando se fala em biblioteca escolar vinculada à educação pública no Brasil, o cenário é deprimente no geral, e os comentários, mormente, levam a uma descrição péssima da situação, notadamente quando observamos que as pessoas não estão plenamente conscientes da necessidade ou utilidade da biblioteca escolar

Apesar de escrito há pouco mais de duas décadas, certamente o livro descreve muitos aspectos ainda vividos pela biblioteca escolar. Várias pesquisas recentes apontam que em grande parte das escolas a chamada biblioteca é apenas uma sala de leitura ou um cantinho com livros. E, muitas vezes, sempre

que a escola precisa ampliar o número de matriculas, o espaço da “biblioteca” é reaproveitado como sala de aula, ou ainda, como depósito de livros e outros.

Já o número de pesquisas e publicações que relacionam a biblioteca escolar com a Lei de universalização ainda é baixo, em levantamento sobre estes temas Campelo (2016) listou os seguintes trabalhos:

Esquema 8 – Trabalhos publicados

Autores	Título	Tipo de Publicação	Fonte	Ano
Graça Maria Fragoso	A Lei e seus desdobramentos	Artigo de Periódico	Biblioteca escolar: que espaço é esse? TV escola, salto para o futuro	2011
Jonathas Luiz Carvalho Silva	Pespectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e analise da Lei 12.244/10	Artigo de periódico	Revista ABC	2011
Jonathas Luiz Carvalho Silva	A biblioteca escolar em tempo de mudança no Brasil: a contribuição da biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto	Artigo de periódico	Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação	2012
Cláudio Marcondes de Castro Filho e Claudinei Coppola Júnior	A biblioteca escolar e a lei 12.244/10: caminhos para implantação	Artigo de periódico	Biblioteca escolar em revista	2012
Raquel Santos Maciel e Raimundo Martins de Lima	As bibliotecas dos *campi* do Instituto Federal do Amazonas em Manaus: marcos regulatórios, estruturação e funcionamento	Trabalho apresentado em evento	25º Congresso Brasileiro de biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	2013
Lilian Viana	Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades	Dissertação de mestrado	Programa de Pós Graduação em Ciência da USP	2014

Fonte: CAMPELLO (2016)

Apesar de ser mais uma lei brasileira não cumprida, a universalização foi vista com otimismo, pois ela representa o resultado de esforços da classe bibliotecária que, ao longo do tempo vem denunciado a falta de biblioteca nas escolas e a precariedade das poucas existentes.

A lei é considerado um dos maiores avanços no sentido do Estado se posicionar sobre a biblioteca escolar diante do Manifesto da IFLA/UNESCO.

Embora não existam evidencias quantitativas no avanço da Lei, acentuaram-se as reflexões na Biblioteconomia com relação a biblioteca escolar. Fragoso (2011 apud CAMPELLO et al, 2016, p. 43) se posiciona de modo otimista sobre o futuro das bibliotecas ao afirmar que a lei:

> [...] possibilita a revisão dos paradigmas, amplia o horizonte das bibliotecas e estabelece amparo legal para a criação de bibliotecas com espaço físico adequado, acervo selecionado e adquirido, levando em conta as prioridades da comunidade escolar e a especificidade regional. E concretiza a presença profissional especializada para gerenciar esse local, dinamizando seus serviços e produtos em sintonia com o corpo técnico docente.

Silva (2011) realizou uma análise mais aprofundada da Lei, embora faça críticas ao texto, vê nela “uma conotação de mudança” e uma “possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade”.

Já Maciel e Lima (2013) veem pouca possibilidade de mudança:

> A julgar pela maneira limitada como a biblioteca da escola é representada nessa legislação, visto que a concepção filosófica apresentada não vai além da existência e dos processos de preparação e organização dos materiais informacionais disponibilizados, a impressão é que pouca coisa irá mudar nesse campo social. Não obstante o seu impacto junto aos bibliotecários, essa lei apenas reproduz a lógica que tem orientado as ações do governo federal, que confunde política de biblioteca com programa de distribuição de livros didáticos, sendo omissa quanto aos seus marcos regulatórios legais e os demais elementos para a sua adequada estruturação, como recursos materiais e humanos, e sua responsabilidade social e política.

As escolas brasileiras necessitam de inúmeras melhorias para a qualidade da educação. A Lei Nº 12.244/2010 representa um dos maiores avanços políticos relacionados a Biblioteca escolar. Porém, cabe à comunidade escolar, aos professores, aos bibliotecários, reivindicar a aplicação desta lei, de forma a impedir que seja esquecida (CASTRO FILHO; COPPOLA JUNIOR, 2012, p.39)

Apesar de não ser seguida, a Lei despertou os pesquisadores da área a realizarem levantamentos sobre a situação das bibliotecas em diversos Estados e Municípios. Curitiba, foi considerado o município modelo com sua Rede Municipal de Bibliotecas Escolares em 2009, comprometendo-se com a meta da lei de universalização. Em Goiânia (GO), ao contrário, não há escolas com bibliotecas; em 71,42% há apenas salas de leitura e sem bibliotecários. Minas Gerais é o segundo Estado em número de bibliotecas, mas a situação é precária, principalmente no ensino fundamental, a exceção é na capital, Belo Horizonte, onde todas as escolas possuem bibliotecas. Também no Rio de Janeiro, estado com maior número de bibliotecas no ensino fundamental, a situação é semelhante, porém apresenta déficit na rede municipal e nas escolas privadas. O Maranhão tem o pior índice do Brasil: apenas 10,73% do total de escolas possuem bibliotecas, seguido pelo Rio Grande do Norte e o município de Caruaru contendo 32 bibliotecas num total de 133 escolas. No Distrito Federal a situação é considerada um pouco melhor em relação ao país como um todo: 58% das escolas de ensino fundamental contam com biblioteca (CAMPELLO et al, 2016).

Talvez fosse importante para a aplicação da lei a participação de outros segmentos da sociedade. A ausência de outros segmentos pode ser até compreendida devido à falta de relação entre a própria escola e a biblioteca, pois, para muitos, até hoje ela é considerada apenas como um artigo decorativo, não havendo clareza sobre sua verdadeira natureza e função.

Podemos ter duas visões diante da biblioteca escolar, uma real e outra potencial; esta envolve um discurso esteticamente bem construído e aquela apresenta sua inaplicabilidade, tornando difícil de reconhecê-la na pratica cotidiana como um instrumento efetivo de ação informacional, educacional, social e cultural. Na verdade, ocorre um desvirtuamento prático do seu caráter semântico, uma vez que no discurso as condições são promissoras, mas na prática é possível observar seus problemas inerentes. Seu potencial envolve apenas perspectivas teóricas e discursivas, que afirma o que deve ser feito, mas de fato não o é (SILVA, 2012, p. 50).

Por fim, a biblioteca escolar precisa ser reconhecida como um dos problemas públicos que leve a uma mobilização coletiva e justifique sua inclusão na agenda política.

5.1 A biblioteca escolar e a qualidade da educação

Em pesquisa recente que mediu o impacto da biblioteca nos resultados escolares, evidenciou-se que a coleção é um dos fatores chave que influencia o desempenho dos alunos em testes padronizados. Realizado no final da década 90 nos EUA, a pesquisa demonstrou que os alunos que obtiveram melhores resultados eram oriundos de escolas que contavam com bibliotecário em horário integral, possuíam programa de ensino sobre o uso da biblioteca e de fontes de informação, planejavam atividades em conjunto com o corpo docente e forneciam treinamento para professores. Outros fatores que influenciaram o desempenho do aluno foram o tamanho da coleção e a participação do bibliotecário em reuniões pedagógicas, demostrando a valorização da biblioteca e sua inserção na vida da escola (CAMPELLO et al, 2004, p. 30)

No Brasil, as ações do poder público em torno do livro e da leitura sempre foram deixadas de lado, fundado e desenvolvido historicamente sobre problemas de desigualdades sociais, a impopularidade da leitura e escrita do país, também são reflexos dessas desigualdades.

Nessas circunstâncias, a existência de um interesse espontâneo da população pelo universo da leitura e escrita manteve-se como algo complexo. Em face disso, as bibliotecas não se constituíram como prática social relevante em nosso país, haja vista a carência de laços orgânicos entre este dispositivo e a sociedade em geral. Sob tais contextos, no Brasil, prevaleceu o vazio legislativo em torno da biblioteca escolar e, mesmo tendo ocorrido ações pontuais e especificas, pouco foi feito por seu desenvolvimento, o que trouxe marcas para o tempo presente, em que a biblioteca escolar não é, efetivamente, tida como relevante; basta observar a carência quantitativa e qualitativa existente na cena educacional (VIANA, 2014).

A falta de bibliotecas reflete a deficiência no processo de alfabetização e colabora com ele, pois uma criança bem alfabetizada gosta de ler. Ao ter uma biblioteca disponível, é mais provável que a criança pequena tenha seu desejo de conhecer o mundo das letras despertado, o que torna a alfabetização mais fácil. A falta de um espaço para consulta e leitura não dirigida afeta diretamente a capacidade da escola de formar um cidadão leitor, assim como atrapalha o desenvolvimento de sua autonomia na aprendizagem. O aluno vai para a sala

de aula, aos laboratórios, sempre coordenado, dirigido. É na biblioteca que ele tem a oportunidade de adquirir conhecimento de maneira informal, acessar a informação que ele deseja, não necessariamente direcionado (ALVAREZ, 2014).

Diante desse quadro, definir a biblioteca escolar brasileira constitui-se uma situação complexa, pois a visão que a sociedade tem dela foi sendo distorcida ao longo do tempo. Para alguns é como um lugar sagrado, onde se guardam objetos valiosos e acessíveis a poucos; sob uma ótica menos romântica, é apenas uma instituição burocrática servindo a consulta e pesquisa; para os poucos que a frequentam, ela é o local de encontro com a leitura e o conhecimento. Por isso, costumamos dizer que a introdução do livro gerou um número quase ilimitado de leitores: sem planos e ações educacionais solidamente estruturados, ainda que se façam grandes esforços ao longo dos anos para reduzir o analfabetismo – e, no caso brasileiro, com resultado – ainda assim não se constata uma população leitora (FRAGOSO, 2011).

O potencial da biblioteca escolar está longe de ser valorizado, e as poucas existentes não cumprem com suas funções, mantendo o Brasil como eterno país do futuro, diante daqueles que a reconhecem como fator determinante para o desempenho positivo dos indicadores econômicos e sociais [...]. Em geral a própria gestão escolar é incapaz de perceber que uma biblioteca dinamizada é fundamental para o bom desempenho pedagógico e empresarial (OLIVEIRA, 2009)

No estudo apresentado no ano de 2016 pelo Fórum Econômico Mundial, a má qualidade da educação de base colocou o Brasil em baixa posição na nova edição do Relatório sobre o Capital Humano. O Brasil, apesar de ser dono da 8º maior economia do mundo, ficou em 83º lugar entre 130 países, atrás de países da América Latina como Uruguai (60º), Bolívia (77º) e Paraguai (82º). O índice 2016 continuou a ser dominado por nações europeias como Bélgica e Holanda, ficando a Finlândia em (1º) seguida da Noruega e Suíça (GUIMARÃES, 2016).

Deste modo, a realidade educacional brasileira torna-se ainda mais distante do ideal de desenvolvimento econômico, social e tecnológico quando o comparamos com países desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As indefinições e limitações quanto ao papel da biblioteca escolar, sua carência histórica no cenário educacional, assim como o surgimento do texto legislativo que determina sua obrigatoriedade, motivaram esta pesquisa.

O contexto que a envolve demonstra, que, ao longo do tempo ela não recebeu a devida atenção do poder público, talvez, devido este estar ciente da “ameaça” do poder do conhecimento sob qualquer tipo de alienação.

A educação sem dúvida teve seus avanços, porém o habito e a habilidade da leitura são fundamentais numa sociedade desenvolvida.

Deste modo, podemos dizer que a educação no Brasil avançou mais em números que em conteúdo, haja vista a quantidade de analfabetos funcionais e o desinteresse da sua população pela leitura livre, espontânea ou simples desejo de conhecimento.

Nesse sentido, o estudo revelou a urgência de políticas públicas concretas, que não se limitem à criação de espaços físicos informacionais; isso já existe há anos nas salas de aula e nas escolas que possuem algum tipo de acervo, uma vez que o objetivo sempre foi de garantir a distribuição de livros, esquecendo-se da complexidade envolvida no ato de saber se informar.

Apontou-se para a necessidade da implantação de políticas que, além de garantir a aplicação numérica, atentem para a inclusão de mecanismos que coloquem a biblioteca escolar como parte do processo de formação científica do aluno.

Para que isso ocorra é necessário reconhecimento desse potencial, demonstrado na prática em vários países, como os EUA e Canadá, onde os bibliotecários não precisam ficar o tempo todo, como no Brasil, tentando provar sua importância.

Houveram sim, muitas iniciativas dos profissionais bibliotecários, através de seminários, eventos, etc., na tentativa de divulgar a importância da biblioteca escolar, porém, não houve um avanço significativo em seu quadro quantitativo.

Porém, mesmo com algumas dificuldades existentes, o reconhecimento da profissão foi adquirido, deste modo, precisamos ter cada vez mais representatividade dentre as instâncias políticas, gestoras e sociais, que possibilitem uma efetiva interferência de modo que a sociedade a reconheça.

Assim, confirma-se o pressuposto de que o discurso positivo sobre a biblioteca escolar ficou apenas no papel diante das iniciativas profissionais, revelando que a biblioteca escolar, na pratica, não é reconhecida como recurso importante no processo de aprendizagem de nossas escolas.

A busca pelo conhecimento faz parte da natureza humana; e dá-se de várias formas, a leitura é uma delas. Sendo a biblioteca um espaço onde encontra-se reunida uma gama de conhecimento, torna-se um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves; CAMPELLO, Bernadete. Competência informacional e informação do bibliotecário. **PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO,** Belo Horizonte, v.10, n.2, p.178-193, jul./dez. 2005. Disponível em:<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci> Acesso em: 01 de fev. 2014.

ALBUQUERQUE, A. C.; TEDESQUI, C. O. A. Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da lei 12.244/10. **Informação@Profissões**, v. 3, n. 1-2, p. 115-146, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/18170>. Acesso em: 19 Mar. 2016.

ALMEIDA, N. B. F. de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. Brasília, DF: 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Orientação de Sofia Galvão Baptista. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>. Acesso em: 15 de fev. 2015.

ALMEIDA, N. B. F.; BAPTISTA, S. G. O. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: < https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>. Acesso em: 11 out. 2014.

ALVAREZ, Luciana. Um lugar sem sentido. **Revista Educação,** São Paulo, fev. 2014. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/um-lugar-sem-sentido/>. Acesso em: 17 ago. 2015.

ASSIS, Wanderlice da Silva. **O lugar da biblioteca escolar no discurso da legislação sobre o ensino secundário brasileiro (1838-1968).** Campo Grande: UFMG, 2010. Disponível em: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/handle/123456789/104>. Acesso em: 08 jan. 2014.

BANDEIRA, Suelena Pinto; CÔRTE, Adelaide Ramos. **Biblioteca escolar.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

BERALDO, Lilian. **Agência Brasil,** Brasília, 24 mai. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-05/brasil-precisa-construir-64-mil-bibliotecas-escolares-ate-2020-para-cumprir>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BRASIL terá que construir 25 bibliotecas por dia para cumprir nova lei. **E Guia do Estudante,** São Paulo, jun. 2010. Seção Vestibular. Disponível em:< http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/brasil-tera-construir-25-bibliotecas-dia-cumprir-nova-lei-566114.shtml>. Acesso em 18 ago. 2012.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispões sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962.** Dispões sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 01 jun. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 28, de 2015. Institui a política nacional de bibliotecas. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687> Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. **Todos Pela Educação.** Brasília, DF, 2011. Disponível em:< http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1472/levantamento-sobre-deficit-de-bibliotecas-em-escolas-no-brasil/> Acesso em: 23 ago. 2015.

CAMPELLO, B. S. A universalização de biblioteca nas escolas: reflexos da lei 12.244. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/21008>. Acesso em 5 de Out. 2016.

CAMPELLO, B. S. et al. Diagnóstico das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino de belo horizonte - mg: a situação dos acervos. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 9, n. 17, p. 19-33, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/1339>. Acesso em: 10 Out. 2015.

CAMPELLO, B. S. et al. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração. **Informação e sociedade: Estudos**, v. 21, n. 2, p. 105-120, 2011. Disponível em: <http//:www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11066>. Acesso em: 15 Out. 2015.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração. **Informação & Sociedade: Estudos** [online], v.21, n.2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10451/5965> Acesso em: 03 ago. 2014.

CARVALHO, Márcia Saraiva et al. Revisitando as origens da biblioteconomia no Brasil: história, ensino e perfil do profissional da informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14>. Acesso em: 9 ago. 2015.

CASTRO FILHO, C. M.; COPOLLA JUNIOR, C. Biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Sibi**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 30-41, 2012. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/wp/> Acesso em: 15 jun. 2014.

COUTINHO, Kátia Soares; XERXENESKY, Filipe. Biblioteca escolar no século XXI. **Biblioteca escolar: presente!,** Porto Alegre, s.n., p.177-192, 2011. Disponível em: <http:// http://amormino.com.br/livros/20140801-biblioteca-escolar-presente.pdf>. Acesso em: 15 de mai. 2014.

BAIMA, Maria Claudia et al. **Eu quero minha biblioteca.** [S.l.], 2012?. Disponível em:<http://www.euquerominhabiblioteca.org.br/wpcontent/uploads/2016/11/GUIA_GESTORES_VF_3.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

FRAGOSO, Graça Maria. A lei e seus desdobramentos. **Salto para o Futuro:** Biblioteca escolar: que espaço é esse? Brasília, DF: ano XXI, boletim 14, p. 12-17, out. 2011. Disponível em <http://amormino.com.br/livros/20150213-biblioteca-escolar-que-e.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

GARCEZ, Eliane Fioravante. **Pesquisa escolar na educação básica:** discursos de bibliotecários catarinenses. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Orientação de Francisco das Chagas de Souza. Disponível em: < http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/pesquisaescolar.pdf > Acesso em: 1 de mai. 2014.

____. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB,** Santa Catarina, v.12, n. 1, artigo 2, 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/492/633> Acesso em: 16 jun. 2016.

GOMES, Sônia de Conti. **Biblioteca e sociedade na primeira república brasileira fatores sócio – culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930.** Belo Horizonte: UFMG, 1981. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace>. Acesso em: 14 jun. 2014.

GUIMARÃES, J. A. C.; GUAREZZI, S. Divulgação profissional: uma proposta pedagógica como suporte do desenvolvimento da profissão bibliotecária no brasil. **Transinformação**, v. 6, n. 1/2/3, p. 43-59, 1994. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/206>. Acesso em: 31 Ago. 2016.

GUIMARÃES, Thiago. Educação básica ruim joga Brasil no grupo dos 'lanternas' em ranking de capital humano. **G1,** São Paulo, jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/educacao-basica-ruim-joga-brasil-no-grupo-dos-lanternas-em-ranking-de-capital-humano.html> Acesso em: 15 ago. 2016.

IFLA/UNESCO. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. 2000 Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/school-guidelines.htm>. Acesso em: 26 jul. 2014.

MACEDO, Neusa Dias de. (Org). **Biblioteca escolar brasileira em debate:** da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MACIEL, R. S.; LIMA, R. M. As bibliotecas dos campi do Instituto Federal do Amazonas em Manaus: marcos regulatórios estruturação e funcionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: < https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>. Acesso em: 11 de out. de 2014.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial.** 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 259 p.

MORENO, E. A. N. et al. A formação continuada dos profissionais bibliotecários: análise do conteúdo dos sites das entidades de classe. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 12, n. 1, p. 43-58, 2007. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/8043>. Acesso em: 17 out. 2016.

OLIVEIRA, Hamilton. Educação de Qualidade e Bibliotecas Escolares. **Blogger,** Belém, 16 out. 2009. Disponível em: <http://hamiltonvo.blogspot.com.br/2009/10/educacao-de-qualidade-e-bibliotecas.html>. Acesso em: 18 jan. 2017.

RIBEIRO, A. B.; MIRANDA, A. L. C. O. D.; REIS, J. M. Movimento associativo e entidades de classe: discussões existentes e a produção científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17403>. Acesso em: 31 ago. 2016.

SANTOS, Carmelice Aires Paim dos. Breve História da Leitura no Brasil: os livros, as tensões e os saberes na colônia (SÉC. XXVIII). **PROCURAR REVISTA,** São Paulo, [2010?] Disponível em: <alb.com.br/arquivo-morto/edições_anteriores/anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2015.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <rbbd.febab.org.br/rbbr/article/viel/132>. Acesso em: 30 de fev. 2014.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental:** um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/IPEA, 2007. Disponível em: <www.ipea.gov.br/site/000/2/publicacoes/tds_1267.pdf> Acesso em 21 jul. 2014.

SILVA, J. L. C. A biblioteca escolar em tempo de mudança no Brasil: a contribuição da biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblios:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 26, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2010.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **REVISTA ABC,** Florianópolis, v.6, n.2, p. 489-517, jul./dez, 2011. Disponível em: <revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 30 de fev. 2014.

SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classe e o posicionamento da biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 16, n. 2, p. 203-217, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9545>. Acesso em: 13 Set. 2015.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares:** políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/pt-br.php>. Acesso em: 19 mar. 2016.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014. 330 p.

WALTER, M. T. M. T.; BAPTISTA, S. G. O. Os docentes de biblioteconomia, documentação e ciência da informação no brasil: alguns resultados de estudo exploratório sobre as representações da profissão bibliotecária. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 14, n. 28, p. 1-37, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/7816>. Acesso em: 31 Ago. 2016.

WISNIEWSKI, Ivone AP; POLAK, Avanilde. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Paraná. **Anais...** Curitiba: **Biblioteca: contribuições para a formação do leitor.** Curitiba: Pontificia Universidade Catolica do Paraná. Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009. Disponível em:< http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3102_1701.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.